

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 14/2024
PROCESSO 283/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2023

I– EMENTA

Direito administrativo. Pregão Eletrônico. Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de materiais hospitalares (instrumentos em geral), com a finalidade de atendimento às necessidades operacionais do CONIMS e da demanda dos municípios consorciados. Lei 14.133/21.

II - DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico n° 32/2023, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa encaminhar o processo licitatório para homologação.

III- RELATÓRIO

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Estudo preliminar dispensado– evento 02
- 02) Demanda dos Municípios - evento 03
- 03) Solicitação inicial – evento 04
- 04) pesquisa/cesta de preços – evento 05 a 5.2
- 05) Solicitação de Contratação de materiais– Evento 06
- 06) Parecer Contábil – evento 07
- 07) Ato de Consórcio – evento 08
- 08) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 09) Solicitação de Parecer – evento 10
- 09) Parecer Jurídico– evento 10.1
- 10) Autorização de abertura – evento 11
- 11) Edital de licitação - evento 12
- 12) publicidade e relação de Itens – eventos 12.1 a 16
- 13) sem recurso – evento 12.4
- 14) relatórios – evento 12.5
- 15) documentos de habilitação e demais documentos – evento 13
- 16) quadro comparativo de itens – evento 13.2
- 17) avaliação de itens – evento 14
- 18) Solicitação de Parecer – evento 15

É o relatório.

IV– DO PARECER

O presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 14.133/2021) e o edital, não cabendo ao Setor Jurídico questões técnicas e aferição de regularidade da documentação, salvo se pontuadas pelo Setor consultante, mas à observância do rito em si, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação da licitação.

Também não é o caso de reiterar ressalvas já apontadas no parecer inicial, em especial quanto à formação do preço e observância de exigências próprias de aquisição dos itens em questão, as quais devem ter sido observadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, na forma do parágrafo anterior.

Assim, a regular instrução do processo cabe ao setor consultante, bem como a aferição da regularidade dos documentos e atendimento das exigências do Edital, em especial a análise da exequibilidade das propostas, adequação do objeto e habilitação das licitantes adjudicadas e, em havendo dúvida acerca de questão a eles pertinente, deve provocar, de forma fundamentada e pontual, esta Assessoria, o que não ocorreu neste caso.

Reputam-se superadas pela Autoridade competente os pontos indicados no Parecer Jurídico, eis que procedida a Autorização de abertura do certame, contudo, passíveis de ponderação pela mesma autoridade também nessa etapa do certame.

No mérito, foi adotada a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de bens passíveis de definição por critérios de mercado, considerados comuns nos atos preparatórios do certame.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta assessora se manifesta, na perspectiva acima delimitada, pelo prosseguimento do feito.

À consideração superior.

Pato Branco, 16 de fevereiro de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313